

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comício do Estado

Class.: 269

Data: 05.12.83

Pg.: _____

Caso Marçal:

¹⁹⁰
A Polícia já está perdida no caso. Criminosos a solta

Polícia pede calma paciência para desenvolver as investigações visando esclarecer a morte do cacique Marçal de Souza. Isto em consequência da confusão decorrente dos últimos depoimentos prestados no inquérito presidido pelo delegado da Polícia Federal em Ponta Porã, Coelho Neto, que, até agora, está deixando a Polícia perdida, face as informações contraditórias a respeito.

No final de semana, a Polícia informava que "agora tudo está mais difícil do que antes", e as informações não podem ser precipitadas "Portanto, temos que aguardar o andamento dos trabalhos".

Há uma grande preocupação quanto a conclusão a ser encaminhada a justiça, no inquérito em andamento. Um fato é certo, porém, muito trabalho estão tendo as autoridades policiais empenhadas no caso, justamente porque cada hipótese tem que ser checada e, como afirmam os policiais, "nunca aconteceu um crime com tantos motivos aparentes e várias versões a respeito da causa real do assassinato".

A Polícia preocupa-se em evitar as especulações e as manifestação com interesses escusos (políticos e agrários). O delegado vai mais além ao afirmar que

tais pronunciamentos têm atrapalhado o andamento dos trabalhos devido a mobilização da opinião pública através da imprensa.

CAUSA DA REGRESSÃO

O que reduziu a praticamente nada todo trabalho direcionado na alucidação do assassinato realizado até agora, foi o depoimento da índia Eliza Vilhalba. Segundo ela, numa acareação feita com os elementos acusados de serem os criminosos - João Bugre e Tereno - ambos não foram os elementos que efetuaram os cinco disparos contra o indígena Marçal de Souza. Reconheceu, portanto, João Bugre como sendo João Bugre, mas não o assassino do cacique, conforme vinha sendo anunciado pelas autoridades policiais.

Quanto ao novo suspeito - João Chamamé - a Polícia prefere não adiantar nada a respeito, temendo cair no mesmo erro de antes.

Há a dedução de que o assassinato pode ter sido a mando de fazendeiros e executado por pistoleiros paraguaios, que, obviamente estariam refugiados, no seu país, que não fica distante de Antonio João onde aconteceu o crime.

Nesse aspecto, a Polícia consegue liberdade para investigar o caso no Paraguai, através dos contatos mantidos pelo delegado Coelho Neto, da Federal em Ponta Porã, com o cônsul do Paraguai naquela cidade fronteiriça. Além de permissão, ele pretende o apoio das autoridades policiais paraguaias no desenvolvimento dos trabalhos.

Solidariedade à Polícia

A Associação de Antropologia do Rio de Janeiro enviou telegrama a Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã, se solidarizando com os esforços desenvolvidos no empenho para elucidação do assassinato do cacique Marçal de Souza. Deixando claro entender as dificuldades inerentes ao caso, a entidade coloca-se a disposição para apoiar no que

for possível e lamenta a morte do indígena.

Esta é apenas mais uma das inúmeras manifestações em torno do caso Marçal. Há uma grande repercussão até agora a respeito do assassinato de um indígena de projeção nacional e internacional, que trabalhava como enfermeiro da reserva de Dourados e foi barbaramente assassinado com cinco tiros por dois elementos.